

RUMOS DA DIALETOLOGIA PORTUGUESA

Ataliba T. de Castilho

0. O texto que segue reúne as aulas ministradas em cursos optativos oferecidos aos quartanistas de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília nos anos de 1972 a 1974 (*).

Dividi a matéria em quatro partes: na primeira, exponho algumas questões teóricas sobre a variação lingüística, o dialeto, o falar, a língua padrão (§§ 1-3). Na segunda parte vêm informações de caráter geral sobre o desenvolvimento da Dialetoologia na România e os rumos que vem tomando (§§ 4-6). Na terceira parte, “Dialetoologia Rural Portuguesa”, historio o desenvolvimento desse ramo da Lingüística em Por-

(*) Alguns alunos prepararam monografias sobre matéria dialetológica, a título de treinamento. Em 1972 tivemos os seguintes trabalhos: Cleusa R. Z. Pedroza, Evelyn Sucaria e Darci D. Monici — “Aspectos da linguagem popular de Ubirajara”; Maria Angela B. Soila e Maria Luísa M. Costa — “Linguagem e Religião no Distrito de Jafa”; Maria Aparecida F. Furtado e Virgínia Maria Kachan — “A linguagem da cultura do bicho-da-seda”; Marilena M. Guimarães, Mécia Brandão Siqueira e Yolanda B. Aquino — “A linguagem popular em Ocaucu”. Em 1973 estudamos a linguagem dos colegiais da cidade de Marília, tendo-se realizado inquéritos em estabelecimentos de ensino secundário da zona urbana e rural: Amarílis V. Calçada e Maria José Nucci — “O artigo e o nome”; Antonia Mariscal e Valfredo Cintra — “Os pronomes pessoais e o tratamento”; Maria M. Ottoboni e Dyva N. Mussi — “Os pronomes possessivos e demonstrativos”; Rachel Reis Alves e Regina L. O. Losasso — “Os pronomes interrogativos e indefinidos”; Rosa Maria G. Montelero e Belanice Belisário — “Formas verbais simples e compostas e seu emprego”; Ivete Maria Lucas e Keuko Numasawa — “As perifrases verbais”; Aurea M. Jorente e Roosevelt Barro — “Os advérbios”; Vera Lúcia Valente e Raul Lobo — “As preposições”; Maria Lúcia Lopes Miranda e Maria Cássia Nardi — “Inventário do léxico por áreas semânticas”; Lúcia Encida Mattar e Antonio Carlos Basso — “Problemas de formação de palavras”.

tugal e no Brasil, e me detenho nos passos dados pela pesquisa dialetológica (§§ 7-13). Finalmente, na divisão consagrada à “Dialetoлогия Urbana Portuguesa” menciono esse novo desenvolvimento de uma ciência sempre nova, e relato as atividades do “Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil” (§§ 14-17).

A Dialetoлогия constitui uma das mais brilhantes afirmações da Lingüística Românica, e acaso um de seus campos mais desenvolvidos. Eis por que me ocorreu homenagear por esta forma o Doutor Henrique Maurer Jr., a quem tanto devem os estudos românicos no Brasil.

I — A variação lingüística

1. Um fato de grande importância no estudo das línguas é o da variação lingüística. Como se sabe, as línguas não são absolutamente uniformes, pois variam no tempo, no espaço geográfico que ocupam, e em função dos indivíduos e das comunidades que delas se servem.

A variação espacial ou horizontal — de que nos ocuparemos aqui — processa-se numa gradação que vai desde pequenas alterações no foneticismo e no material léxico, sem prejuízo de uma fácil compreensão, até uma diferenciação mais avançada, que atinge também a morfologia e chega a acarretar dificuldades à comunicação. No primeiro caso temos os *falares*, e no segundo, os *dialetos*. Quando as pessoas que se servem de falares distintos entram em contacto percebem apenas que procedem de regiões geográficas diferentes. No caso dos dialetos os embaraços à compreensão deixam escassamente entrever um fundo lingüístico comum, e isso é tudo. Naturalmente a distinção entre falar e dialeto representa um esforço de classificação dos graus da variabilidade lingüística espacial, não podendo ser entendida em sentido absoluto. Uma série de variáveis pode matizar o material lingüístico de que nos servimos nas diferentes situações, com o que a distinção aqui definida nem de longe esgota o assunto. Praticamente cada recorte da fala representa uma variação, e por isso Bernard Bloch propôs o termo *idioleto* para representar a fala de uma pessoa tratando de um assunto, com um mesmo interlocutor, durante certo período de tempo. Esta concepção denuncia a preocupação do lingüista quando se põe a analisar determinado corpus: é justo considerá-lo representativo de toda a língua em questão? Ou será mais prudente restringir as

conclusões que pudermos tirar unicamente ao material analisado, evitando generalizações? Haveria uma variante considerada típica de uma dada língua?

2. O fenômeno da variação lingüística — matéria apenas aflorada no parágrafo anterior — acarreta ainda novas perplexidades. Com efeito, se há uma variação temporal que nos leva em nosso caso ao português arcaico, ao português clássico e ao português moderno; uma variação espacial que nos leva ao português continental, ao português insulano, ao português do Brasil e respectivos falares; uma variação sócio-cultural que nos põe diante do português culto e do português popular, e, finalmente, uma variação individual que nos conduz ao português coloquial, ao português formalizado e ao português das distintas faixas etárias — como justificar a compreensão entre os diversos membros da comunidade lusófona? Por trás dessas variantes todas deve haver, com segurança, um cerne comum, imune à variação, em nome do qual os falantes do português estabelecem a intercomunicação.

Neste quadro de indagações surgiram algumas teorias voltadas para oferecer-lhes solução. A primeira delas foi a célebre dicotomia *langue* (língua) *parole* (fala) estabelecida por Ferdinand de Saussure.

Para Saussure a língua é um sistema de signos rigorosamente definidos pelos contrastes e correspondências que se podem firmar entre si. Os signos são insensíveis à instabilidade decorrente do elemento individual, uma vez que se dispõem num sistema que tem uma existência apenas virtual. A língua é, em suma, uma abstração a que chegamos examinando a massa de dados fornecida pelas diversas variantes. Já a fala é a manifestação ou a realização da língua pelo indivíduo, é a fonação, é toda a atividade do sujeito falante. Ou, nas próprias palavras de F. de Saussure:

“O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independe do indivíduo; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psicofísica” (*Curso*, p. 27).

O uso dos termos “social” para caracterizar a língua, e “individual” para caracterizar a fala induziu muitos dos leitores de Saussure em erro. Supôs-se que para ele a língua fosse o uso genérico e indiferenciado do material lingüístico, e a fala o uso particular e personalizado desse material. Algo

assim como dizer que o emprego do imperfeito do indicativo com seu valor de duração no passado representasse um uso de língua, enquanto que o emprego da mesma forma com valor de presente (no chamado imperfeito hipocorístico, ou de fantasia) representasse um uso da fala. Evidentemente, nos dois casos estamos diante da fala, pois ocorre sempre uma utilização real, concreta.

Em suas “Noções de Estilística”, de edição póstuma, J. Mattoso Câmara Jr. refere-se à má compreensão aqui referida nos seguintes termos:

“A distinção entre língua e fala ou discurso é hoje um lugar-comum nos estudos lingüísticos desde que a formulou de maneira explícita e lapidar F. de Saussure. Entretanto, nem sempre é bem apreendida consoante o espírito do mestre, pois se tende a associar o discurso com a linguagem individual e a língua com a coletiva. A conceituação justa é muito diversa: fala ou discurso (*parole*, de Saussure) é a enunciação vocal integralmente considerada, ao passo que a língua é o sistema, o padrão, a estrutura, a pauta, que transponta do discurso e estabelece a comunicação lingüística; o discurso é o fenômeno físico da enunciação lingüística, a língua é o que nesta enunciação funciona como símbolo e serve de veículo à comunicação de idéias. A língua está contida no discurso, como uma figura geométrica está contida nas coisas físicas que temos diante de nós. Da mesma sorte que o geômetra em face de uma pedra deduz o sólido geométrico que dela se depreende (desprezando todos os elementos que ficam fora desse sólido ideal), o lingüista em face de uma enunciação deduz o sistema, a estrutura, a “língua” enfim, que está imanente e é ali o conjunto simbólico. Que esse conjunto é coletivo decorre necessariamente de ser simbólico, pois o símbolo é um fenômeno social para servir à vida social”.

Em síntese, é a língua que assegura a comunicação entre os homens, a despeito da extensa variabilidade da fala, e com isto o problema proposto no parágrafo anterior teria encaminhada sua solução.

3. Sucede porém que entre o edifício abstrato da língua e as diversas execuções concretas da fala ocorre uma variante de prestígio, ensinada pela escola, e capaz de fornecer ao falante um meio de comunicação não eivado de regionalismos: é o padrão ou a norma. Assim, entre os dois extremos representados pela língua e pela fala foi incluído o padrão, com o que passamos a ter uma visão tripartida da realidade lingüística. Como as denominações aqui utilizadas para designar a terceira modalidade lingüística têm assumido diversas acepções,

importa examiná-las para melhor completar a resposta oferecida às perguntas anteriormente formuladas.

3.1 — Para alguns, o padrão confunde-se com a *langue saussuriana*, como na exegese de J. Mattoso Câmara Jr., transcrita no § anterior. Especialmente na América, muitas vezes o termo *pattern* traz esse sentido.

3.2 — Outros entendem o padrão como o conjunto de hábitos lingüísticos que asseguram a compreensão e a coesão do grupo social. As línguas, como se sabe, estão sujeitas a duas tendências contrárias, a da inovação e a da conservação. Há nas línguas um mecanismo auto-regulador que impede as mudanças muito rápidas, pois isto dificultaria a compreensão. Tal mecanismo é conhecido de todos os falantes, mesmo os incultos. É em nome dele que as mães corrigem os filhos quando dizem “não sabo”, por exemplo. Neste sentido, o padrão representa uma defesa da estabilidade lingüística e, por via de consequência, confunde-se com a própria coesão do grupo social.

3.3 — Um terceiro sentido é aquele em que por padrão se entende a modalidade regional de prestígio cultural ou político, por isso mesmo suscetível de se impor a toda uma comunidade. Tal é o caso do toscano na Itália, do dialeto da íle-de-France na França, do castelhano na Espanha, e assim por diante. No caso do português de Portugal dividem-se as opiniões, uns optando por Lisboa, outros por Coimbra. No Brasil as áreas que mais se interessaram pela matéria — o canto erudito e o teatro — realizaram congressos, nos quais se tomou por padrão o falar carioca: Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada (São Paulo, 1937) e Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro (Salvador, 1957). O assunto foi retomado por ocasião do Primeiro Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea (Coimbra, 1967), tendo-se apresentado pelo menos duas opiniões: a de Aryon Dall’Igna Rodrigues e a de Brian Head. Para o primeiro, “o que se pode dizer no momento sobre a língua portuguesa no Brasil repousa ampla e perigosamente numa base impressionística e, por conseguinte, muito precária”. Para o segundo, deve-se renunciar à busca da variedade de maior prestígio, determinando-se em seu lugar o “sistema comum às principais variedades cultas dos respectivos países” (*Actas*, respectivamente pp. 45 e 69). Mas é provável que em razão das dimensões continentais do Brasil seja

mais prudente identificar os padrões dos diversos centros culturais, assinalando então suas diferenças.

Também neste sentido padrão é tomado como um ideal, e é nesta acepção que se usa com maior freqüência esse vocábulo. É fácil ver que se trata de uma abstração menor que a envolvida pelo conceito saussuriano de língua, e maior quando a comparamos ao conceito de fala.

Sintetizando, à dicotomia saussuriana podemos agora contrapor uma visão tripartida do fenômeno da linguagem, de grande valor operacional: a língua como estrutura abstrata, o padrão como uma abstração intermédia e variante de prestígio a que a comunidade deve ajustar-se em sua utilização da língua, e a fala como cada uma das variantes não conformadas ao padrão. Se há, pois, compreensão a despeito da variabilidade lingüística, deve-se à língua e à sua virtualidade simbólica.

Esta é a visão de E. Coseriu, que usa os termos *sistema*, acaso menos inequívoco que língua, *norma* e *fala*. Mantivemos os termos “língua” e “fala”, mas substituímos “norma” por “padrão” pelo seguinte motivo: o termo “padrão” refere-se à realidade lingüística múltipla de uma comunidade de prestígio; partindo dessa realidade, mas fazendo intervir critérios tais como gosto, tradição literária e senso de perfeição em matéria lingüística, o gramático seleciona a norma ou conjunto de regras para o “uso bom” da língua. Assim, pareceu-nos melhor reservar o termo “padrão” para a análise lingüística ampla, deixando “norma” para as necessidades práticas da Gramática Normativa.

Parece ter sido Dante Alighieri o primeiro a ocupar-se com o problema da variação lingüística espacial; em seu *De Vulgari Eloquentia* ela classificou catorze dialetos italianos e distribuiu as línguas românicas em três grupos, tomando como critério de classificação o advérbio de afirmação utilizado: línguas *de si, d'oc e d'oïl*. A palavra *dialeto* tem tomado várias acepções; o étimo grego *diálektos* significa “conversação”, “linguagem”, “língua própria de um país”, donde servir à indicação de diferentes línguas (como o latim, o grego, etc.), tanto quanto à das variantes de uma mesma língua (como o ático, o dórico, o jônico e o eólio, no caso do grego). Também às vezes se usa esse termo para referir cada um dos fragmentos do latim vulgar. Modernamente, considera-se o dialeto um conjunto de isoglossas, que são linhas que unem pontos de mesma particularidade lingüística (fonética, morfológica, sintática ou léxica).

Sobre o conceito de língua, fala e padrão, v. F. de Saussure — *Curso de Lingüística Geral*, 2.^a ed., São Paulo, Cultrix, 1970, passim; J. Mattoso Câmara Jr. — “Noções de Estilística” (súmula), *Littera* 2

(maio-agosto de 1971), 87-92; Eugenio Coseriu — “Sistema, norma y habla”, *Teoría del Lenguaje y Lingüística General*, 2.^a ed., Madrid, Gredos, 1967, pp. 11-113; Angel Rosenblatt — “El criterio de corrección lingüística. Unidad o pluralidad de normas en el español de España y de América”, *El Simposio de Bloomington*, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1967, pp. 113-146; Aryon Dall’Igna Rodrigues — “Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil”, *Actas do I Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1968, pp. 41-55; Brian F. Head — “A descrição das variedades cultas do português contemporâneo como língua padrão”, *ibidem*, pp. 63-77.

II — A Dialectologia: generalidades

4. O estudo da variação espacial se fez inicialmente de um modo assistemático: o pesquisador recolhia os elementos que fosse reconhecendo ocasionalmente, depois tecia alguns comentários sobre o material levantado — em via de regra, muito desigual — e isso era tudo.

Só com o desenvolvimento da Geografia Lingüística — método científico de recolha sistemática de dialetismos — é que se venceu essa fase de improvisações. O novo método prevê os seguintes passos, que desenvolvo melhor na terceira parte deste trabalho:

a) Preparação do inquérito lingüístico, composto de uma série de questões relativas aos hábitos de vida dos habitantes da região a estudar. Nesta fase a Dialectologia combina seus caminhos com os da Etnografia.

b) Aplicação do inquérito: pronto o inquérito e selecionada a área a estudar, o documentador põe-se a campo, para o que deve aliar qualidades pessoais (facilidade de abordar estranhos, capacidade de inspirar confiança, respeito pelo informante, etc.) a uma formação específica (sólidos conhecimentos lingüísticos, prática de transcrição fonética aí incluída). O informante, por sua vez, deve ser nascido no local, filho de pessoa também nascidas no local e pertencente a uma camada sócio-cultural bem determinada. Requisitos tais como viagens feitas e outros dependem da modalidade de pesquisa que se esteja cometendo.

c) Interpretação dos fatos recolhidos, de que decorre o enriquecimento de nossos conhecimentos sobre o foneticismo, o léxico, a história e a variabilidade da língua.

5. A Dialectologia tal como acabamos de caracterizar desenvolveu-se grandemente, marcando de modo particular a Lin-

güística Românica. Não seria para aqui historiar esse desenvolvimento, tarefa de que se ocuparam vários tratadistas, enumerados no final desta parte.

De qualquer forma, e apenas para dar uma pequena idéia de sua amplitude, passamos a enumerar numa tábua cronológica suas principais realizações, tais como a publicação de atlas lingüísticos e de revistas especializadas. Para o levantamento desses dados vali-me da bibliografia adiante indicada. A Dialectologia Portuguesa e Brasileira vêm historiadas na terceira e quarta partes deste trabalho.

- 1887 — *Revue des patois gallo-romans*, fundada por J. Gilliéron e pelo Abade Rousselot.
- 1902 — 1910 — Gilliéron e E. Edmont — *Atlas linguistique de la France* (ALF), com 1920 mapas, cobrindo 639 pontos de pesquisa; o questionário constava de 1900 perguntas.
- 1906 — A. Dauzat — *Géographie linguistique d'une région de la basse Auvergne*. Esse autor publicou depois vários estudos dialetológicos: *Essais de géographie linguistique: noms d'animaux*, 1921; *La Géographie linguistique*, 1922; *Les patois*, 1927, etc.
- 1909 — G. Weigand — *Linguistischer Atlas des dacorumänischen Sprachgebietes*, elaborado a partir de um inquérito direto principiado em 1895.
- 1909 — *Revue de dialectologie romane. Wörter und Sachen*.
- 1910 — G. Millardet — *Petit atlas linguistique d'une région des Landes*, com 573 mapas, questionário com 800 perguntas.
- 1912 — 1914 — A. Terracher — *Les aires morphologiques dans les parlers populaires du nordouest de l'Angoumois*: a grande inovação deste trabalho consistiu em valorizar os fatos morfológicos sobre os fonéticos, por serem mais estáveis, e assim mais caracterizadores da variante sob estudo.
- 1913 — *Bulleti de dialectologia catalana*.
- 1914 — 1915 — J. Gilliéron e E. Edmont — *Atlas linguistique de la Corse*, continuação do ALF.
- 1914 — 1926 — Charles Bruneau — *Enquête linguistique sur les patois d'Ardenne*: levantamento de 93 pontos e organização de um léxico com as palavras respondidas.
- 1917 — O Bloch — *Atlas linguistique des Vosges méridionales. Lexique patois-français des Vosges méridionales*. Esse Autor estuda a penetração da língua culta nas camadas populares.
- 1923 — 1939 — A. Griera — *Atlas lingüístic de Catalunya*.

- 1924 — L. Gauchat, J. Jeanjaquet, E. Tappolet — *Glossaire des patois de la Suisse normande*: publicação em fascículos, ainda não terminada.
- 1928 — 1940 — K. Jaberg e J. Jud — *Sprach- und Sach-Atlas Italiens und des Sudschweiz* (AIS: Atlas lingüístico e etnográfico da Itália e da Suíça Meridional).
- 1933 — 1942 — G. Bottiglioni — *Atlante linguistico-etnografico italiano della Corsica*.
- 1938 — 1942 — Sever Pop e E. Petrovici — *Atlasul Linguistic Roman, e Micul Atlas Linguistic Român*.
- 1948 — Tomás Navarro Tomás — *El Español de Puerto Rico* (contém um atlas com 75 mapas).
- 1950 — 1956 — P. Gardette — *Atlas linguistique et ethnographique du Lyonnais*.
- 1952 — *Orbis*, órgão do Centro Internacional de Dialectologia Geral, (ligado à Universidade Católica de Lovaina.), fundado e dirigido por Sever Pop.
- 1953 — 1955 — Jean Haust — *Atlas linguistique de la Wallonie*.
- 1954 — 1958 — J. Séguy — *Atlas linguistique et ethnographique du Massif Central*.
- 1957 — Pierre Nanton — *Atlas linguistique et ethnographique du Massif Central*.
- 1961 — (desde) — Manuel Alvar — *Atlas lingüístico y etnográfico de Andalucía* (ALEA).
- 1962 — (desde) — *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (ALPI): v. § 12.
- 1963 — Nelson Rossi — *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFBP: v. § 12).

6. Vejamos a seguir os rumos que a Dialectologia vem tomando desde que se constituiu com o célebre ALF.

6.1 — Durante muito tempo, e em parte ainda agora, a maior preocupação da Dialectologia concentrou-se na recolha e descrição de resíduos lingüísticos do passado, que importa documentar antes que desapareçam, tragados pelo nivelamento forçado da vida moderna. Daqui sua concentração nos níveis mais vulgares das línguas examinadas. Interessantes descobertas foram feitas por este meio; eles perdidos da evolução lingüística se localizaram, e não há dúvida que a Dialectologia prestou aqui enormes serviços à salvação de traços da România Antiga.

6.2 — Presentemente nota-se uma grande mudança quanto ao objeto mesmo do estudo dialetológico, deslocando-se os interesses da recolha da variante residual para a descrição do padrão lingüístico tal como o definimos no § 3.1. Passamos, assim, da Dialetoлогия horizontal para a Dialetoлогия vertical. Diversos fatores concorreram para essa mudança.

Primeiramente, o reconhecimento da importância da civilização urbana nos quadros da sociedade contemporânea. É de nossos dias a formação das grandes comunidades urbanas, agremiando muitas vezes uma notável parcela da população nacional. Tem sido lembrado neste particular que 1/7 dos mexicanos e 1/3 dos argentinos residem em suas respectivas capitais. No caso brasileiro, particularizando o do Estado de São Paulo, quase 1/2 dos habitantes vivem na capital, São Paulo. Tais centros, auxiliados pelos modernos meios de comunicação, transformam-se em centros irradiadores de padrão lingüístico, o qual importa descrever.

Em segundo lugar, deve lembrar-se o desenvolvimento de um ramo promissor da Ciência da Linguagem — a Sociolingüística — entre cujas finalidades se inclui o estudo dos falares urbanos, a que nos referimos na quarta parte deste trabalho.

Para uma introdução à Dialetoлогия, ver Silvio Elia — “A Geografia Lingüística”, *Orientações da Lingüística Moderna*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1955, pp. 97-120; Eugenio Coseriu — *La Geografia Lingüística*, Montevideu, Publicaciones del Departamento de Lingüística de la Universidad de la República, 1956; Nelson Rossi — “A Dialetoлогия”, *Alfa* 11 (1967), 89-116; Manuel Alvar — *Estructuralismo, Geografia Lingüística y Dialectología*, Madrid, Gredos, 1969.

Para uma história da Dialetoлогия na România, v. Sever Pop — *La Dialectologie*. Aperçu historique et méthodes d'enquête linguistiques. Louvain, 1950, 2 vols.; Serafim da Silva Neto — *Manual de Filologia Portuguesa*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Acadêmica, 1957, pp. 197-279; Zdenek Hampejs — “Estado de los trabajos de Geografia Lingüística en los países románicos”, *RBF* 4 (1958), 111-135; Iorgu Iordan — *Lingüística Románica*, Madrid, Alcalá, 1967, pp. 251-503, especialmente 453-471. Sobre o papel da Dialetoлогия na România Nova, v. Jose Pedro Rona — *Algunos Aspectos Metodológicos de la Dialectología Hispanoamericana*, Montevideu, Dep. de Lingüística de la Universidad de la República, 1958.

Para a distinção entre Dialetoлогия horizontal e Dialetoлогия vertical, v. o capítulo homônimo de Celso Cunha — *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970, pp. 50-56.

III — A Dialetoлогия Rural Portuguesa

7. No § 4 referimo-nos aos dois momentos do estudo dialetológico, antes e depois do advento da Geografia Lingüística.

Neste parágrafo historiaremos brevemente a Dialectologia Rural em Portugal e no Brasil, encerrando por uma sumária apreciação do contributo da primeira fase dos estudos dialectológicos, conhecida como Dialectologia tradicional.

7.1 — Os estudos dialectológicos em Portugal compreendem dois momentos, tendo por marco divisor, segundo J. G. Herculano de Carvalho, o ano de 1943, em que saiu o último número da *Revista Lusitana*.

O primeiro momento vem ligado a essa revista e à figura de seu Diretor, José Leite de Vasconcelos, que publicou os *Estudos de Filologia Mirandesa*, 2 vols., 1900-1901, e a *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 1901. Além disso, o incansável lingüista português estimulou toda uma série de estudiosos de dialetos, cujos trabalhos ia publicando em sua revista.

O segundo momento principia com os trabalhos de Manuel de Paiva Boléo à testa do Instituto de Estudos Românicos da Universidade de Coimbra. É bem verdade que o Centro de Estudos Filológicos de Lisboa, fundado em 1932, tinha como objetivo a organização de um Atlas Lingüístico de Portugal e Ilhas. Mas, como assevera Serafim da Silva Neto em seu *Manual de Filologia Portuguesa*, ed. cit., p. 227, nota 1, “antes mesmo da fundação do Centro, em 1932, o Prof. Boléo, então a estudar em Hamburgo, preconiza a vantagem de se organizar em Portugal um atlas lingüístico cuja necessidade é urgentíssima”.

O Prof. Paiva Boléo preparou em 1942 um inquérito lingüístico por correspondência, substituído em seguida por um inquérito direto, de que havia em 1971 cerca de 2.950 preenchidos. A massa de informações assim recolhida constitui uma inesgotável fonte de estudos sobre os falares portugueses, desde que compulsados com o espírito crítico que o Prof. Boléo é o primeiro a recomendar. Diversas dissertações de licenciatura e estudos monográficos adiante apontados têm sido preparados mediante consulta a esse material. Em 1947 ele fundou a excelente *Revista Portuguesa de Filologia*, declarando na apresentação: “Embora possa publicar trabalhos sobre fonética, morfologia, sintaxe e estilística, dedicará especial atenção à lexicologia, ao onomástico, à toponímia, à dialectologia e à geografia lingüística, contribuindo assim para um melhor conhecimento de nossos falares, ameaçados de desaparecer antes de haverem sido cuidadosamente recolhidos”.

A partir de 1953 o Prof. Luís Felipe Lindley Cintra passou a colaborar no Atlas Lingüístico da Península Ibérica (v. § 12)

e em 1958 o Prof. José G. Herculano de Carvalho elaborou uma análise estrutural do dialeto mirandês (v. § 13.2).

7.2 — Os estudos dialetológicos no Brasil têm seu divisor de águas no período compreendido entre 1953 (fundação do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira, no Rio de Janeiro) e 1958 (I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em Porto Alegre).

Na primeira fase, à semelhança do que ocorreu em Portugal, em idêntico período, não se aplicavam inquéritos, apesar do projeto de inquérito por correspondência preparado por Cândido Jucá Filho, em 1937. Essa fase foi aberta por Amadeu Amaral, em *O Dialeto Caipira*, em 1920. Seguiram-se-lhe: Antenor Nascentes, *O Linguajar Carioca*, 1922; Clóvis Monteiro, *A Linguagem dos Cantadores*, 1933; Mário Marroquim, *A Língua do Nordeste*, 1934; Pereira da Costa, *Vocabulário Pernambucano*, 1937; comunicações diversas apresentadas ao I Congresso da Língua Nacional Cantada, São Paulo, 1937; José d'Aparecida Teixeira, "O falar mineiro", *Revista do Arquivo Municipal* 45 (1938), e *Estudos de Dialectologia Portuguesa: A Linguagem de Goiás*, 1944; Artur Neiva, *Estudos da Língua Nacional*, 1940; Édison Carneiro, *A Língua Popular da Bahia*, 1951; Florival Seraine, *Dicionário de Termos Populares*, 1958. Em 1964 sai o *Vocabulário Sul-Riograndense*, incorporando os glossários de Pereira Coruja (1851), Romaguera Correia (1897), Roque Callage (1926) e Luís Carlos de Moraes (1935).

A segunda fase corresponde à intensa pregação de Serafim da Silva Neto, que tudo fez para implantar no país uma "mentalidade dialetológica". Para tal, fundou em 1955 a *Revista Brasileira de Filologia*, que dirigiu até a morte. A melhor resposta aos trabalhos de Serafim da Silva Neto foi dada por Nelson Rossi, que publicou em 1963 o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, e concluiu mais recentemente o *Atlas do Sergipe*, ainda inédito. Heinrich Bunse e Ático Vilas Boas da Mota integram também este momento de nossos estudos dialetológicos.

7.3 — A primeira fase da Dialectologia portuguesa em Portugal e no Brasil deu como resultado o preparo de descrições incompletas das variantes regionais estudadas, nas quais se assinalava o que divergia da língua literária. A maior atenção era consagrada ao léxico. Não há dúvida que os autores ligados a este momento desempenharam um importante papel, pois chamaram a atenção das gerações seguintes para o interesse e a urgência da realização da pesquisa dialetal. Devia-se agora sistematizar em grandes fichários toda a sua atividade.

Esse trabalho já começou em Portugal, com a “Amostra dos materiais do Dicionário dos Falares Portugueses Modernos”, de Manuel de Paiva Boléo e José Gonçalo Herculano de Carvalho, Coimbra, 1959 (a reedição, com uma “Informação Complementar” de Paiva Boléo, em 1967, foi distribuída aos participantes do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, Lisboa, 1959). Num folheto informativo de 1971, intitulado “Materiais do Dicionário dos Falares Portugueses Modernos”, informava o Prof. Paiva Boléo que até essa data tinham sido preparados 80.000 verbetes que “permitem desde já enriquecer o nosso tesouro lexical sob quatro aspectos: 1) dando a conhecer vocábulos que não vêm registrados nos dicionários mais completos da língua; 2) mencionando sentidos de palavras que neles não figuram; 3) tornando possível, na fase ulterior da elaboração dos materiais, seriar melhor os sentidos das palavras, segundo a sua vitalidade; 4) indicando com mais precisão a distribuição geográfica dos diferentes vocábulos e expressões, em vez de nos contentarmos com as designações genéricas de alguns dicionários, tais como: provincianismo minhoto, alentejano, etc.”

Pensamos preparar algo semelhante, e assim, a título de experimentação, temos orientado diversos alunos quartanistas no fichamento dos trabalhos mencionados no § 7.2. Numa segunda fase, pretendemos atacar os textos regionalistas, tenham ou não glossário final, como ocorre com alguns.

A segunda fase da Dialectologia Portuguesa, por envolver atividades mais complexas, será examinada nos parágrafos subsequentes, da seguinte maneira: o inquérito lingüístico (§ 8), a seleção da área e dos informantes e a aplicação do inquérito (§ 9), a fixação da área dialetal (§ 10), a monografia dialetal (§ 11), os atlas dialetais (§ 12) e a interpretação dos fatos dialetais (§ 13).

Para a história da Dialectologia rural, v. Antenor Nascentes — “Études dialectologiques au Brésil”, *Orbis* 1 (1952), 181-184 e 2 (1953), 439-444; J. G. Herculano de Carvalho — “Os estudos dialectológicos em Portugal nos últimos vinte anos”, *Revista Portuguesa de Filologia* 11 (1961), 307-321, reproduzido com aditamentos nos *Estudos Linguísticos*, vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 1964, pp. 167-182. Noticiário sobre a fundação do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira: *Revista Brasileira de Filologia* 1 (1955), 83-85. Sobre o I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, v. *Ibérida* 2 (1959), 157-161.

Para um levantamento dos estudos portugueses e brasileiros da primeira fase, v. respectivamente J. G. Herculano de Carvalho, o.c., 307-310, Serafim da Silva Neto — *Introdução ao Estudo da Língua Portu-*

guesa no Brasil, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1963, pp. 163-185, e Heinrich Bunse — *Estudos de Dialectologia no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Edições da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.

8. O inquérito lingüístico constitui-se num elenco de perguntas a formular ao informante, objetivando obter materiais lingüísticos mais completos e representativos da fala espontânea. Em seu preparo, pressupõe-se o conhecimento da realidade etnográfica da comunidade cuja língua se vai estudar. Por isso, a Dialectologia e a Etnografia têm andado juntas.

Os inquéritos compõem-se em geral de perguntas organizadas à volta dos seguintes itens: o homem, a terra, os animais. Cada divisão dessas comporta diversas áreas semânticas, e assim temos os chamados inquéritos léxicos. Há-os também fonéticos, que são aqueles que buscam documentar palavras em que figuram fenômenos fonéticos de interesse. O inquérito morfológico prevê situações em que o falante deve apresentar palavras flexionadas; o sintático consta de gravuras com cenas que o informante deve descrever ou narrar, produzindo textos mais extensos.

É comum incluir nos inquéritos questões tais como: dizer os dias da semana, contar até 21, dizer algumas rezas, narrar histórias, etc.

Entre os inquéritos que utilizam desenhos, conhece-se o de Stanley Sapon, *A Pictorial Linguistic Interview Manual* (PLIM). Consta de 135 pequenos desenhos de objetos familiares ao meio urbano e rural, 12 desenhos maiores, de animais domésticos, cada qual com sua cria, e de 8 desenhos de página inteira, ilustrativos de cenas de novela. Diante desse material, o informante é levado a dizer palavras isoladas (para a análise fonológica), duas ou três sentenças (para a análise morfológica e sintática), e textos mais extensos (para o estudo da entonação), respectivamente. Uma quarta parte traz desenhos em que uma personagem faz alguma coisa. Pondo-se o informante no papel da personagem do desenho, obtêm-se dados de morfologia nominal, verbal, etc. (v. bibliografia do § 9).

O inquérito pode ser aplicado por correspondência — modalidade hoje praticamente abandonada — ou diretamente. O inquérito direto, por sua vez, pode ser feito mediante transcrição imediata das respostas, ou gravando-se para transcrição e análise posteriores.

Para o português foram preparados os seguintes inquéritos por correspondência: Manuel de Paiva Boléo, 1942; Cândido Jucá Filho, 1959 (preparado em 1937); Ático Vilas Boas da Mota, 1964; Heinrich Bunse, 1969. Para aplicação direta são conhecidos os seguintes: Serafim da Silva Neto, 1955; Antenor Nascentes, 1958-1961; Manuel de Paiva Boléo, 1962; Nelson Rossi, 1965.

Em 1956 o Centro de Filologia Românica da Faculdade de Letras de Estrasburgo convocou um "Colóquio de Dialetolegia Românica" para examinar exclusivamente o problema dos questionários dialetológicos. Apresentaram comunicações Sever Pop, Monsenhor Gardette, G. Straka, J. Fouquet, R. Gsell, E. Schule, E. Legros e E. Beyer. Dentre as conclusões ressalta o problema central deste gênero de pesquisa: até que ponto se pode responder pela autenticidade de respostas dadas a perguntas feitas por um estranho? Lembrou-se a diversidade de respostas dadas à mesma pergunta (pág. 357) e recomendou-se extremo cuidado em sua formulação, devendo a pesquisa indicar como a questão foi apresentada (pág. 251). Afinal, como diz Eugênio Coseriu, não se deve considerar o método geográfico "como uma panacéia para todos os problemas lingüísticos. Os mapas não refletem todo o falar correspondente a uma língua, como já assinalava Gilliéron. (...) A variedade 'horizontal' que a geografia lingüística comprova esquematicamente não é toda a variedade da linguagem: existe também uma variedade 'vertical', entre camadas sociais e culturais, e no falar do mesmo indivíduo, segundo as diferentes situações e diferentes momentos expressivos" (*La Geografía Lingüística*, p. 43).

Cândido Jucá Filho — "Questionário lingüístico-etnográfico brasileiro", *Revista de Portugal*, série A, Língua Portuguesa, 24 (1959), 14-20; Manuel de Paiva Boléo — *Inquérito Lingüístico*, Coimbra, 1942, e "Os Inquéritos lingüísticos da Revista Portuguesa de Filologia", RPF 2 (1948), 474-505; Ático Vilas Boas da Mota — *Mutirão*, Inquérito lingüístico-etnográfico-folclórico, I, Questionário, Goiânia, Imprensa Universitária, 1964; Heinrich Bunse — *Estudos de Dialetolegia no Rio Grande do Sul*, Problemas, Métodos, Resultados, Porto Alegre, Edições da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969; Serafim da Silva Neto — *Guia para Estudos Dialetoológicos*, Florianópolis, Faculdade Catarinense de Filosofia, 1955 (há uma segunda edição publicada em Goiânia, 1957); Manuel de Paiva Boléo — *Inquérito Lingüístico* (Questionário), 2.^a ed., Coimbra, 1962, com numerosas gravuras; Antenor Nascentes — *Bases para a Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, vol. I, 1958, vol. II, 1961, contendo um inquérito léxico e um fonético, e a enumeração dos pontos de pesquisa de interesse para o Atlas Lingüístico Nacional; Nelson Rossi — *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, Introdução, Questionário comentado, elenco das respostas transcritas, Rio de Janeiro, Instituto Nacional

do Livro, 1965, em que se descreve a experiência alcançada na elaboração do APFB. Os textos das comunicações ao Colóquio de Dialectologia de Estrasburgo saíram no *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*, 35^e. année, fasc. 5-6 (1957), 231-357, de que se imprimiu separata.

9. A preparação do inquérito ocorre paralelamente com a seleção do local para pesquisar, visto que aquele deve adequar-se a este. Não são incomuns as aplicações preliminares do inquérito, com o fito de aperfeiçoá-lo, tendo em vista as peculiaridades da área a estudar.

9.1 — A região a ser estudada é então dividida em pontos nos quais se aplicarão o inquérito. A obra acima citada de Antenor Nascentes traz os números dos pontos a inquirir no Brasil. Há vários critérios para a divisão da área em pontos:

a) Critério geométrico: quadricula-se o território, estudando cada um dos quadros da rede então formada.

b) Critério histórico: os pontos são selecionados de acordo com seu interesse histórico.

c) Critério cultural: os pontos representam centros de irradiação cultural, tais como sedes de bispado, escolas, etc.

d) Critério étnico: na seleção do ponto leva-se em conta seu povoamento.

No caso de *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, informa seu Autor, Nelson Rossi, que para a seleção dos cinquenta pontos inquiridos começou-se pelo que A. Nascentes propusera para a Bahia, submetendo essa proposta a uma revisão de acordo com os seguintes critérios: “antiguidade, maior grau de isolamento, maiores probabilidades de oferecer fisionomia própria, distância relativa entre elas para evitar os riscos de passar ao largo de possíveis limites lingüísticos” (*o.c.*, p. 27). Para essa revisão, procedeu-se a um cuidadoso levantamento na bibliografia histórica e geográfica da Bahia.

9.2 — Escolhido o ponto, selecionam-se os informantes. Para assegurar uma autenticidade maior nos resultados, o ideal é dispor de seis deles em cada localidade, sendo três homens e três mulheres, distribuídos por faixas etárias diversas (jovens, adultos e velhos). É também prudente que mais de um pesquisador aplique o inquérito.

A seleção do informante se faz de modo a garantir a maior autenticidade da fala que se está recolhendo; por isso, ele deve ser natural do lugar, filho de pais também do lugar, se possível

casado com uma pessoa nas mesmas condições. Tratando-se de Dialectologia Rural, não deve ter permanecido muito tempo fora do lugar, e de preferência deve ser analfabeto.

O documentador deve ter tato para conduzir o inquirido com naturalidade e respeito pelo informante, em cujas respostas não deve influir (por isso suas perguntas serão sempre indiretas) e precisará acompanhar com espírito crítico as reações do informante, para garantir a espontaneidade e a autenticidade das respostas.

As respostas podem ser transcritas na hora, ou gravadas e transcritas depois. Daqui a necessidade de o dialetólogo contar com sólida formação em Fonética. No caso da língua portuguesa parece que o mais antigo sistema de transcrição é o de Rodrigo de Sá Nogueira, preparado em 1936 a pedido do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa. Em 1952 Armand de Lacerda e Göran Hammarström editaram um novo sistema. No Brasil, J. Mattoso Câmara publicou em 1957 um manual de transcrição voltado para os interesses da Língua Indígena. E em 1971, Nelson Rossi, a pedido da Comissão Nacional dos Responsáveis pela Execução do Projeto da Norma Linguística Culta — da qual faz parte — adaptou o sistema proposto pelo projeto congênere de autoria de Juan M. Lope Blanch, fazendo gravar uma fita com ilustrações das substâncias fônicas ali catalogadas. O VI Seminário do “Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo”, GEL, reunido em Franca, em 1971, propôs um sistema que está atualmente sendo experimentado nas Faculdades de Letras do Estado.

Como já ficou dito no § 6.2, ao tratamento puramente fonético do material recolhido soma-se agora seu estudo fonológico, de que indicamos alguns espécimes no § 13.2.

Assumiram grande importância na gravação de inquiridos dialetológicos os Laboratórios de Fonética de Coimbra e de Salvador, que organizaram arquivos sonoros dos falares portugueses e brasileiros.

Para uma enumeração dos pontos de pesquisa de interesse para a elaboração do Atlas Nacional, v. Antenor Nascentes — *o.c.*, vol. I, pp. 19-22

Sobre a metodologia dos inquiridos linguísticos: Sever Pop — “Enseignements sur les méthodes d’enquêtes linguistiques”, *Revista Brasileira de Filologia* 1 (1965), 85-88, em que resume o que de principal aparece em seu *La Dialectologie*; G. Hammarström — “Inquiridos linguísticos”, *Revista de Portugal*, série A, *Lingua Portuguesa* 24 (1959), 252-268,

súmula de suas experiências no Algarve, Stanley Sapon — “Contribución metodológica a la encuesta dialectal”, *Boletim de Filologia* 20 (1961), 69-75, em que refere a aplicação do seu *A Pictorial Linguistic Interview Manual*, Columbus, The Ohio State University, 1957. Sobre a aplicação desse manual, v. Maria José de Moura Santos — “O uso de desenhos em inquéritos lingüísticos (a propósito do PLIM)”, *Revista Portuguesa de Filologia* 12 (1962-1963, 199-211 e Paul Lazarescu — “Remarques sur l'emploi du PLIM dans les enquêtes dialectales”, *Revue roumaine de linguistique* 11 (1966), 85-100. São muito judiciosas as indicações metodológicas de Nelson Rossi — *o.c.*, pp. 15-38, e as de Manuel Alvar — *Estructuralismo, Geografía Lingüística y Dialectología Actual*, ed. cit., pp. 99-169.

Sobre a transcrição fonética, v. Rodrigo de Sá Nogueira — “Alfabeto fonético”, *Boletim de Filologia* 4 (1936), 14-23; Armando de Lacerda e G. Hammarström — “Transcrição fonética do português normal”, *Revista do Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra* 1 (1952), 119-135; J. Mattoso Câmara Jr. — *Manual de Transcrição Fonética*, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1957; a adaptação de Nelson Rossi, inédita, partiu no volume *Cuestionario Provisional para el Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, México, UNAM, 1968.

Sobre a importância dos laboratórios de fonética na pesquisa e organização de arquivos dialetológicos, v. Armando de Lacerda — *O Laboratório de Fonética Experimental de Coimbra*, separata da *Rev. Lab. Fon. Exp. de Coimbra* e “Recolha, arquivo e análise de falares regionais portugueses”, Nelson Rossi — *Laboratório de Fonética na Bahia*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1965.

10. As respostas obtidas mediante a aplicação do inquérito são fichadas, separando-se os fatos apurados segundo os níveis lingüísticos. Cada fato é então anotado num mapa, ou mediante inscrição direta, ou colorindo-se, de acordo com um critério previamente estabelecido. Essa atividade vai revelar-nos a área dialetal, de contornos sempre flutuantes, a ponto de constituir-se numa verdadeira abstração.

Há um modo subjetivo e um objetivo de determinação das áreas dialetais.

A determinação subjetiva parte da consciência lingüística do falante; por isso, em inquéritos organizados na Holanda, no Japão e em Portugal, consta uma indagação sobre o nome do falar local. Naturalmente essa impressão dos falantes nativos tem de ser confirmada pelo modo objetivo.

A determinação objetiva se faz por meio das *isoglossas*, que são linhas que ligam pontos de mesmo traço fonético (isófonas), morfo-sintático, ou léxico (isolexas). Traçando isoglossas num mapa, observamos que se formam determinados feixes dessas linhas. Concluimos então — não sem algum

arbítrio — que naquela região há um falar ou dialeto. Evidentemente a extrema variedade do fenômeno lingüístico leva a imbricações de toda ordem, e por isso é necessário descartar certos dados discordantes em favor daqueles mais caracterizadores. Em decorrência disso encontramos bolsões de um dialeto encravados dentro de outro e constatamos que as áreas dialetais não coincidem com as divisões geográficas. Apesar disso, damos aos dialetos as designações cômodas que a geografia estabelece. Em suma, não foi sem razão que se afirmou que os dialetos são “mais um produto de nossa conceituação e desejo de simplificação do que um fenômeno lingüístico natural” (R. W. Langacker).

A divisão do Brasil em áreas dialetais atende até aqui a critérios extralingüísticos, pois ainda não dispomos de um atlas nacional.

Antenor Nascentes divide os falares brasileiros em dois grupos, o do Norte e o do Sul, cada qual com seus subfalares. O falar do Norte compreende dois subfalares: o amazônico e o nordestino. O falar do Sul compreende quatro subfalares: o baiano, o mineiro, o fluminense e o sulista.

As divisões mais recentes dos falares de Portugal incluem estudos de M. de Paiva Boléo, Maria Helena dos Santos Paiva e Luís Felipe Lindley Cintra.

Manuel de Paiva Boléo — “Linguistique, géographie et unités lexicales subjectives au Portugal”, *Actele celui de-Al XII Congres International de Lingvistic si Filologie Romanica*, Bucaresti, Éditions de l'Académie de la République Socialiste de Roumanie, vol. II, 1971, pp. 323-342. Sobre o conceito de isoglossa citarei apenas Ronald W. Langacker — *A Linguagem e sua Estrutura*, Petrópolis, Vozes, 1972, pp. 54-60.

A divisão de Antenor Nascentes vem em seu *O Linguajar Carioca*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Simões, 1953, pp. 25-26. Para um estudo comparativo das propostas feitas, v. Sílvia Elia — “Nota sobre as áreas dialetais brasileiras”, *Ensaio de Filologia*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1963, pp. 303-312. A divisão dos falares portugueses de M. de Paiva Boléo e Maria Helena dos Santos Silva intitula-se “O Mapa dos Dialetos e Falares de Portugal Contiental”, *Boletim de Filologia* 20 (1961), 85-112, e foi comentada pelo primeiro dos autores na comunicação “O Estudo dos Falares portugueses, antigos e modernos, e sua contribuição para a história da língua”, apresentada ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiro, v. *Actas*, vol. II, Lisboa, 1960, pp. 418-428. De L. Felipe Lindley Cintra é a “Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses”, *Boletim de Filologia* 22 (1964-1973), 81-116.

11. O estudo dialetológico de uma pequena região pode conduzir à elaboração de uma monografia dialetal.

As monografias constam em geral das seguintes partes:

a) Introdução, em que se situa a ambiência histórico-geográfica do ponto, ou dos pontos estudados, freqüentemente ilustrados por meio de fotografias e mapas, além de indicações sobre a metodologia utilizada.

b) Estudo fonético.

c) Estudo morfo-sintático.

d) Estudo léxico, com um inventário de palavras, referindo problemas semânticos e de formação vocabular.

Algumas monografias acrescentam como apêndice espécimes do folclore local.

Em Portugal, a exigência de uma dissertação de licenciatura e o interesse que a Dialectologia suscitou em Lisboa e Coimbra deram como resultado toda uma floração de trabalhos desta espécie, inéditos em sua maior parte. J. G. Herculano de Carvalho, no artigo citado na bibliografia do § 7 deste assim classifica essas dissertações: 1) monografias sobre o falar de uma localidade ou de uma pequena região; 2) aspectos particulares da atividade rural e do falar de uma região ou localidade (a cultura da vinha, por exemplo) ou de uma linguagem técnica (a linguagem corticeira, por exemplo); 3) dissertações de caráter onomasiológico (*o.c.*, pp. 312-314).

Sobre as monografias publicadas no Brasil, v. bibliografia a seguir.

Preciosas sugestões metodológicas sobre a elaboração da monografia dialetal aparecem em Juan M. Lope Blanch — *La Filología Hispánica en México*, Tareas más urgentes, México, UNAM, 1969, pp. 55-60.

Para um levantamento de parte das dissertações de licenciatura em Portugal que tenham interesse dialectológico, v. Marilina Luz — "Dissertações de licenciatura de caráter lingüístico apresentadas à Secção de Filologia Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra", *Revista Portuguesa de Filologia* 9 (1958-1959), 511-537; Manuel de Paiva Boléo — "Dissertações de Licenciatura em Lingüística Portuguesa", *ibidem* 15 (1969-1971), 837-852, e Maria F. Gottschalk e Maria da Graça T. Barata — "Dissertações de licenciatura de caráter dialectológico", *Boletim de Filologia* 22 (1964-1973), 427-446.

Algumas monografias dialetais brasileiras: Antonio José Chediak — "Aspectos da linguagem do Espriado", *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro*, Rio de Janeiro, MEC, 1958, pp. 321-379; Walter Spalding — "Comparações do linguajar diário do gaúcho", *Orgunon* 8/9 (1963-1964), 75-94; Carlos Augusto Caminha — *A Pesca na Freguesia da Lagoa*, Florianópolis, Faculdade Catarinense de Filosofia,

1958; para uma enumeração dos trabalhos de Heinrich Bunse, v. seus *Estudos de Dialectologia no Rio Grande do Sul*, ed. cit., pp. 15-16; Mário Bonatti — *O Dialeto Trentino de Pomeranos, SC, Lorena, 1968* (tese de doutoramento, publicada em 1974 pela Faculdade Salesiana de Filosofia e pelo Instituto de Estudos Históricos do Vale do Itajaí sob o título *Aculturação Lingüística*).

12. A coleção dos mapas dialetais referidos no § 10 constituiu o atlas lingüístico.

Os mapas podem ser fonéticos ou léxicos, segundo representem variantes fônicas de um mesmo fonema, ou palavras correspondentes a um mesmo conceito. São ainda raros os mapas de interesse morfológico.

Já nos referimos aos principais atlas românicos no § 5. Neste particular, tem-se notado uma mudança de orientação, cedendo os atlas nacionais aos atlas regionais, em que o número de pontos é maior e, portanto, mais acurados os resultados obtidos. Mas nem sempre se põe aqui o problema da opção entre um tipo e outro de atlas. Tal é o caso da maioria dos países latino-americanos (com exceção de Porto Rico), que não contam ainda com uma coisa nem com outra.

No campo específico da língua portuguesa não dispomos ainda de atlas nacionais.

Em 1932 o Centro de Estudos Filológicos de Lisboa planejou levantar o “Atlas Lingüístico de Portugal e Ilhas”, tarefa que não pôde executar até aqui.

Por volta de 1946, o Prof. Manuel de Paiva Boléo intentou organizar o “Atlas Lingüístico de Portugal”, plano de que desistiu em face de dificuldades materiais. Posteriormente, Portugal foi cartografado graças ao projeto do “Atlas Lingüístico da Península Ibérica”, ALPI.

Coube a Navarro Tomás, especialista em Fonética e Dialectologia da Secção de Filologia do Centro de Estudos Históricos de Madrid planejar em definitivo e dirigir a execução do ALPI (o projeto primitivo é de Menéndez Pidal, e foi concebido em 1907). O questionário foi elaborado por Navarro Tomás, Amado Alonso e Menéndez Pidal, e está dividido em duas secções: Fonética, Morfologia e Sintaxe de um lado, Léxico e Etnografia de outro. Uma vez preparados os colaboradores, entre os quais Rodrigo de Sá Nogueira e Armando Nobre de Gusmão, tiveram início os trabalhos de campo, em 1931, principiando o levantamento pelo leonês, castelhano, andaluz, aragonês, parte do catalão e do galego. Irrompe nesta altura a

Guerra Civil Espanhola, e os materiais do ALPI migram sucessivamente para Valência, Barcelona, Paris e Nova Iorque, já ao término da guerra, em 1939, permanecendo na América até 1950. Funda-se nesse ínterim o "Consejo Superior de Investigaciones Científicas" (1940), que decide pela prossecução dos trabalhos. Trazidos os materiais de volta à Espanha, encarrega-se Rafael Balbín de reencetar os trabalhos, sob a supervisão de Menéndez Pidal.

Em 1953 o Instituto de Alta Cultura de Lisboa, que já havia proporcionado a colaboração de Sá Nogueira e de Armando Nobre Gusmão, volta a interessar-se pelo projeto, encarregando o Prof. Luís Felipe Lindley Cintra de prosseguir os inquéritos na área portuguesa, o que foi feito com o concurso de Anibal Otero. Esse trabalho estende-se de 1953 a 1956, concluindo-se a coleta de dados para o ALPI.

Veio então a delicada tarefa de passar as respostas para o mapa, trabalhando nesse sentido equipes de foneticistas e desenhistas. O alfabeto fonético adotado é o que vem definido por Navarro Tomás em seu *Manual de Pronunciación Española*. Em cada mapa, além da palavra espanhola, figuram as suas equivalentes em português e catalão. O primeiro volume publicado consta de 75 mapas, e saiu em 1962; a publicação desse atlas ainda não terminou.

A execução do ALPI não anula a necessidade de se preparar um "Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e Galiza", projeto apresentado por M. de Paiva Boléo, J. G. Herculano de Carvalho e L. F. Lindley Cintra ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Lisboa, 1957). Segundo os proponentes, o trabalho compreenderia cerca de 300 pontos do domínio lingüístico português, percorridos preferentemente por um só inquiridor, aplicando-se um questionário que associasse a experiência dos autores do projeto e de outros atlas românicos.

No Brasil, deve-se destacar o papel de Serafim da Silva Neto que em cursos e reuniões científicas insistiu no estudo dos falares brasileiros por meio de monografias e atlas regionais até que, amadurecidos os meios científicos, pudéssemos nos atirar à tarefa da elaboração do atlas nacional. Suas idéias relativas aos atlas regionais aparecem melhor explicitadas na comunicação que apresentou de parceria com Celso Ferreira da Cunha ao III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros já aqui citado. Propõe-se ali preparar sete atlas lin-

güístico-etnográficos do Brasil, segundo a divisão das áreas culturais brasileiras propostas por Manuel Diegues: Amazônica, Nordeste Litoral, Nordeste Mediterrâneo, Planalto, Centro-Oeste, Centro-Leste, Extremo Sul.

Coube a Nelson Rossi realizar o primeiro estudo lingüístico-geográfico de um falar brasileiro. O *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, APFB, recolhe em 154 cartas palavras e expressões de 50 localidades. Publica ainda 44 cartas-resumo em que se indicam as diferentes denominações da mesma coisa. A transcrição fonética adotada foi a de Lacerda-Hammarsström, com alterações. O questionário abrange os seguintes setores: o homem biológico, a pecuária, a terra, os vegetais. Em cada localidade foram inquiridos dois informantes, desenvolvendo-se os trabalhos entre 1963 e 1965 com a colaboração de uma equipe composta por ex-alunos do Prof. Nelson Rossi. Aguarda-se atualmente a publicação do "Atlas do Serpige", cujos trabalhos foram encerrados recentemente.

Sobre o projeto do Centro de Estudos Filológicos, v. *Boletim de Filologia* 1 (1932) 1. Sobre os planos de M. de Paiva Boléo — "A vida e a obra de Karl Jaberg", *RPF* 10 (1956), 419. M. de Paiva Boléo, J. C. Herculano de Carvalho e L. F. Lindley Cintra — "Projeto de um Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza", *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, ed. cit., vol. II, pp. 413-417. *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. I, Parte 1, Fonética 1962. (v. M. Sanchis Guarner — *La Cartografía Lingüística en la Actualidad y el Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, Madrid, CSIC, 1953).

Um relato das atividades de Serafim da Silva Neto em favor da formação de uma "mentalidade dialetológica" entre nós aparece em seu *Guia para Estudos Dialectológicos*, ed. cit., pp. 5-7. Celso F. da Cunha e Serafim da Silva Neto — "Atlas Lingüístico-Etnográfico do Brasil", *Actas do III Colóquio*, ed. cit., vol. II, pp. 405-412. Nelson Rossi — *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, Rio de Janeiro, MEC/INL, 1962; colaboradores principais: Dinah Maria Montenegro Isensee e Carlota da Silveira Ferreira.

13. São muitas as lições que podemos tirar do exame das cartas e das monografias dialetais. Por uma razão meramente didática resumimos aqui essas lições em três direções, naturalmente não exclusivas: contribuições para a história da língua, estudo de seu foneticismo, e estudo de seu léxico.

13.1 — A maior contribuição da Dialectologia à história das línguas está em que descobre e documenta as formas lingüísticas, indicando, ademais, sua dispersão pela área estuda-

da. Do estudo de seus resultados tiramos conclusões sobre o caráter inovador ou conservador de determinadas áreas, matéria esta que já se prestou à elaboração de teorias como as da Neolingüística italiana.

O estudo clássico de Manuel de Paiva Boléo, "Dialectologia e isoglossas da língua", opera com três fenômenos fonéticos: a africada *ts* inicial e medial, a troca de *v* por *b*, o ditongo *ui* em *chuíva* e a velar oclusiva sonora em *gacho*. Estudando a distribuição desses fones no mapa dialetológico português, conclui que há uma nítida distinção entre o Norte e o Sul, embora as isófonas de *ts/s*, *v/b*, *ui/u* e *g-/c-* não coincidam totalmente. Adiantando que os fatos documentados nas cartas apenas ao seu trabalho demonstram que o português não se originou da elevação de um dialeto a língua nacional, rejeita as teses dos que localizam o berço da língua em Lisboa, Coimbra, ou no Norte, pois "na constituição primitiva do nosso idioma entram elementos de várias províncias".

A contribuição de Lúcia M. dos Santos Magno, *Áreas Lexicais em Portugal e na Itália* consiste na comparação de algumas cartas do AIS com as respostas oferecidas ao ILB, com o fim de avaliar a tese da influência sul-italiana no processo de romanização da Península Ibérica. Ela pôde mostrar que alguns mapas indicam uma concordância entre essas áreas (como os das designações para "fermento", "galinheiro", etc.). Outros assinalam discordâncias, como o das designações para "ervilha". As discussões suscitadas por seu trabalho põem em causa o auxílio que o método geográfico-lingüístico pode trazer para o exame de problemas de caráter histórico. Com efeito, é preciso avaliar preliminarmente se as palavras estudadas foram herdadas ou se constituem empréstimos posteriores à época estudada.

13 2 — O estudo fonético sempre constituiu o ponto de maior interesse nos trabalhos da Dialectologia, a que ficou, aliás, devendo muito de seu desenvolvimento.

L. F. Lindley Cintra em "Alguns Estudos de Fonética com Base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica" estuda a ocorrência no Brasil do *s* pré-dorso-dental e a inexistência do *s* ápico-alveolar, o que representaria a conservação de um traço fonético típico do Sul de Portugal. Em outros casos pode-se igualmente aproximar a pronúncia brasileira da meridional portuguesa: a monotongação do ditongo *ei* (*ái* no Norte por-

tuguês), a distinção entre *v* e *b* (alternantes no Norte português) e a inexistência da africada *ts* (recuando no Norte português, mas ainda perceptível). Como justificar essa possível influência do Sul português na pronúncia brasileira? Lembra o Prof. Lindley Cintra que a tese da predominância de sulistas na colonização do Brasil hoje não mais se aceita. Pensa o Autor, fundamentando-se nos dados do ALPI, que se vem processando em Portugal uma irradiação das peculiaridades dos falares meridionais, talvez devido ao prestígio de centros urbanos tais como Lisboa e Coimbra. Com isto, mesmo os colonos nortistas vindos para o Brasil manifestam uma tendência a dar vitória às peculiaridades dos falares meridionais portugueses.

O Estruturalismo abriu à Dialectologia uma nova perspectiva de interpretação do material fônico, introduzindo a descrição do sistema fonológico da variante examinada e renunciando ao levantamento, aparentemente impossível, da totalidade das variantes fônicas.

O estudo fonológico caracteriza-se pela apreensão dos fonemas do dialeto considerado, especificando as condições em que se realizam (combinatória) e organizando o respectivo quadro. A grande diferença entre essa atitude e a fonético-descritiva está em que ela deixa de lado as variantes acidentais sem interesse para o sistema, e que eram normalmente recolhidas pelas descrições do tipo anterior.

A nova inclinação levou a observar que por vezes os sistemas fonológicos podem oferecer semelhanças parciais entre si, o que acarretou o desenvolvimento do conceito de *diassistema*, já antevisto por N.S. Trubetzkoy:

“Certos fenômenos fonológicos repartem-se geograficamente de tal sorte que figuram em diversas línguas não aparentadas, mas geograficamente vizinhas, ou, ao contrário, faltam em domínios geográficos maiores ocupados por diferentes línguas” (“Phonologie et géographie linguistique”, p. 349).

A aplicação dos princípios estruturalistas ao trabalho dialectológico pode ser proveitosa, desde que não descartemos fatos de interesse lingüístico com os quais a Dialectologia sempre se tem defrontado. Como ensina Manuel Alvar, “por muito fechada que seja a estrutura de uma língua, sempre há elementos ou processos íntegros que só se podem explicar a partir da história, ou a partir de outros ingredientes culturais, aos quais não se deve renunciar se não quisermos mutilar nosso

próprio conhecimento” (*Estructuralismo y Dialectología*”, p. 19).

A primeira abordagem estruturalista de um falar português coube a Francis M. Rogers, com sua tese de doutoramento “*The Pronunciation of the Madeira and Azores Dialects as compared with Standard Portuguese*”, Harvard University, 1940.

Em 1958 o Prof. J. G. Herculano de Carvalho publicou o vol. I de sua *Fonologia Mirandesa*, em que refaz os *Estudos de Filologia Mirandesa* de Leite de Vasconcelos, velhos então de cinquenta anos. O estudo enquadra-se na moderna Dialectologia de orientação estruturalista e consta — no volume editado — de uma análise sincrônica do material fônico, assim organizada: enumeração dos fonemas e sua realização, os fonemas no sistema, a distribuição e a combinação de fonemas. Em apêndice vêm textos em transcrição fonética e fonológica. O Autor identifica entre os fonemas as africadas alveolar surda /ts/ e pré-palatal surda /tʃ/ (apesar de extremamente precárias, p. 81), as fricativas ápico-alveolares /s/ e /z/, que parecem constituir novidade no sistema português (deve-se lembrar que o mirandês se prende ao leonês).

Num trabalho também de 1958, só recentemente publicado, Nelson Rossi trata da iotização do *lh* em algumas localidades baianas, fenômeno comumente considerado pã-brasileiro e até aqui dado à conta da influência indígena ou africana no português do Brasil. Examinando o material recolhido em cinco localidades baianas, constatou uma larga (e surpreendente) predominância da não iotização (20 casos) sobre a iotização (2 casos), concluindo provisoriamente que “a ausência da passagem /-lh-/ > /-y-/ se explicaria por um esforço de reconstrução, partido da ação escolar ou da de emigrados que voltassem (mas de onde?) com prestígio da ação escolar ou da de emigrados que voltassem (mas de onde?) com prestígio que inspirasse à comunidade o desejo de imitá-los” (p. 169).

O mesmo Autor examina em outro local a distribuição das africadas [ts] e [dz] no Brasil, comparando sua ocorrência no Mato Grosso de um lado, e na Bahia e Sergipe de outro. Suas conclusões são as seguintes: 1) No Mato Grosso as africadas predominam sobre as fricativas, enquanto que na Bahia as duas substâncias fônicas concorrem em pé de igualdade; 2) assim, Bahia e Sergipe podem ser incluídos na área de ocor-

rência das africadas, mas seu valor estrutural não é o mesmo nas duas regiões citadas: enquanto no Mato Grosso as africadas só ocorrem em posição inicial e medial, na Bahia e Sergipe só se pode afirmar com segurança que ocorrem em posição medial intervocálica, nos casos em que no padrão ideal ocorreria um ditongo, como em *muito* [mutsu], *oito* [ótsu], etc. Parece ter sido esta a primeira vez que se aplicam critérios fonológicos à interpretação de fenômenos dialetais brasileiros, donde a importância do texto referido.

Os critérios sociolinguísticos de recolha e interpretação dos dados dialetológicos incluem entre as causas da variação linguística a atitude do falante, além daquelas já contempladas pelo comportamento tradicional: extração sócio-cultural e geográfica do indivíduo, faixa etária, vida pregressa. O novo ingrediente poderá alterar profundamente nossa visão do problema, pois implica em que o mesmo falante poderia selecionar material linguístico diverso em situação diversa.

O artigo de Brian F. Head sobre o *r* “caipira” (retroflexo) foi elaborado dentro das novas exigências metodológicas, e mostra que essa articulação predomina na classe popular, sendo mais freqüente entre os mais velhos; na linguagem refletida da classe elevada cai a freqüência de seu uso, tudo o que evidencia tratar-se de variante estigmatizada em via de desaparecimento.

13.3 — São inúmeras as contribuições léxicas trazidas pela Dialectologia, começando pela ajuda no levantamento do tesouro léxico de uma língua e passando pela elucidação de interessantes questões de natureza etimológica, homonímica, semântica, etc.

Muitas são as palavras não dicionarizadas — por não aparecerem em textos escritos — que o método geográfico-linguístico documentou. Já no § 7.3 chamamos a atenção para a necessidade de recolher em grandes fichários os resultados das pesquisas lexicológicas efetuadas pela Dialectologia, e aludimos à importante iniciativa do Prof. M. de Paiva Boléo nessa direção.

Em outros ambientes científicos presta-se a maior atenção a esse tipo de trabalho, que permite inclusive situar em termos mais objetivos o problema dos regionalismos. Com efeito, a Dialectologia não só inventaria os termos, como assinala sua distribuição geográfica pelas “áreas lexicais” e as fontes de difusão das palavras.

Um exemplo nesse particular é o artigo de Luís Felipe Lindley Cintra sobre "Áreas lexicais no território português". Ele analisa aqui as respostas que recolheu para o ALPI aos quesitos "ordenhar", "úbere de vaca", "soro", "fêmea estéril", "cria de ovelha" e "cria de cabra", concluindo que se podem identificar duas zonas lexicais: uma conservadora, a noroeste e oeste, e outra inovadora, a leste e sul. A razão da diversidade estaria no processo de povoamento dessas zonas: a primeira manteve-se povoada entre os sécs. VIII e XI, enquanto a segunda despovoou-se intensamente, por razões históricas sabidas, até que fosse repovoada nos sécs. XII e XIII por uma população de várias procedências, "população propensa a criar ou a admitir formas de viver e de falar novas ou modificadas". Estas considerações nos reconduzem ao relacionamento da Dialetoлогия com a história da língua, atrás referido.

No campo da etimologia lembraremos apenas um exemplo, citado por M. de Paiva Boléo: "sem o conhecimento das formas antigas e das dialetais modernas não é possível descobrir, por exemplo, que *melgos* 'irmãos gêmeos' vem, como a forma *gemelgos*, do lat. *gemellicus*". Tanto *melgo* como *gemelgo* são regionalismos.

Interessantes soluções populares para os casos de colisão homonímica têm igualmente sido descobertos; o mais célebre foi constatado na Gasconha, onde o grupo consonantal *ll* em posição final evolui para *t*, confundindo-se com isso *gallus* e *cattus*, pois evoluem ambos para *gat*. Para contornar a dificuldade oriunda de se chamarem dois animais tão comuns pelo mesmo nome, o povo adota duas palavras para substituir *gat* "galo": *faisan*, denominação pretensiosa, e *vicaire*, denominação jocosa, tendo-se em conta as associações estabelecidas entre o galo e o vigário.

Uma importante contribuição dada pela Dialetoлогия à Semântica foi o estudo de "coisas e palavras", hoje relacionado com a própria concepção de campo semântico. Esse tipo de investigação parte da noção para os vocábulos que a designam; o material léxico assim encontrado é disposto segundo uma ordem semântica, deixando-se de lado o arranjo alfabético, por aleatório. O próprio questionário dialetológico é ordenado segundo áreas semânticas, como já se disse.

Sobre Dialetoлогия e história das línguas, v. Manuel de Paiva Boléo — "Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas", *Boletim de Filologia* 12 (1951), 1-44. O estudo de Lúcia M. dos Santos Magno — "Áreas lexicais em Portugal e na Itália", *Revista Portuguesa*

de *Filologia* 11 (1961), 25-100 (foi editado também como separata) foi discutido por ocasião do IX Congresso Internacional de Filologia Românica: v. *Boletim de Filologia* 18 (1959), 11-22. Álvaro Galmés de Fuentes — “El arcaísmo fonológico de los dialectos del Norte portugués y su importancia para la Lingüística Románica Actual”, *Boletim de Filologia* 20 (1961), 19-30.

Sobre Dialetolegia e estudos fonéticos e fonológicos, v. Luís Felipe Lindley Cintra — “Alguns Estudos de Fonética com base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica”, *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, ed. cit., pp. 186-195. Sobre o relacionamento entre Dialetolegia e Estruturalismo, v. N.S. Trubetzkoy — “Phonologie et géographie linguistique”, *Principes de phonologie*, Paris, Klincksieck, 1957, pp. 343-350; Uriel Weinreich — “Is a structural dialectology possible?” *Word* 9 (1954), 388-400; Eugenio Coseriu alude à possibilidade de elaboração de um atlas fonológico da Europa: “*La Geografía Lingüística*, ed. cit., p. 22; Diego Catalán, em sua comunicação ao I Congresso Brasileiro de Lingüística e Etnografia (Porto Alegre, 1958), recomenda o aproveitamento de algumas contribuições do Estruturalismo como meio de tirar a Dialetolegia tradicional da estagnação a que a levaram os trabalhos puramente descritivos ou históricos, todos eles com seu caráter de “produtos em série”: v. “Dialectologia y estructuralismo diacrónico”, *Miscelánea A. Martinet*, Canarias, Universidad de La Laguna, vol. III, 1962, pp. 68-80; o conceito de *diassistema* reaparece em E. Pulgram — “Structural Comparison, Diasystems and Dialectology”, *Linguistica* 4 (1964), 66-82; esse trabalho vem comentado em artigo homônimo, escrito por Giuseppe Francescato, no qual se mostra que o italiano e o túnica, língua ameríndia, têm o mesmo sistema vocálico: v. *ZrPh* 81 (1965), 484-491; são do maior interesse as apreciações de Manuel Alvar em “Estructuralismo y Dialectologia”, *Estructuralismo, Geografía Lingüística y Dialectologia*, ed. cit., pp. 17-33; Juan Martínez Ruiz em “Dialectologia y Estructuralismo Lingüístico”, *Problemas y Principios del Estructuralismo Lingüístico*, Madrid, CSIC, 1967, pp. 241-249 repertoria os estudos de fonologia dos diferentes dialetos espanhóis. Sobre o relacionamento entre a Dialetolegia Portuguesa e o Estruturalismo aludiu-se no texto ao trabalho de Francis M. Rogers, que foi publicado parceladamente na *Hispanic Review* 14 (1946), 235-253, 16 (1948), 1-32 e 17 (1949), 47-70; José Gonçalo Herculano de Carvalho — *Fonologia Mirandesa*, Coimbra, vol. I, 1958 (separata de *Biblos*, vol. 36); Nelson Rossi — “A iotização do [-lh] em algumas localidades baianas”, *Anais do Simpósio de Filologia Românica*, Rio de Janeiro, MEC, 1970, pp. 161-182; Nelson Rossi — “Sobre ‘africadas’ no Brasil”, *El Simposio de México*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1969, pp. 207-221 Brian F. Head — “O Estudo do R-Çaipira no contexto social”, *Vozes* 67, n.º 8 (outubro de 1973), 43-49.

Sobre Dialetolegia e estudos léxicos, v. Kurt Baldinger — “L’importance du vocabulaire dialectal dans un thesaurus de la langue française”, *Lexicologie et lexicographie française et romane*, Strasbourg, CNRS, 1965, pp. 149-176; Luís Felipe Lindley Cintra — “Áreas lexicais no território português”, *Boletim de Filologia* 20 (1961), 273-307; M. de Paiva Boléo — “Metodologia do estudo etimológico de palavras antigas e modernas”, *Lições de Filologia Portuguesa* (II Parte), Coimbra, ano letivo de 1953-1954, p. 310. Sobre “coisas e palavras”, v. Ataliba T. de Castilho e Enzo Del Carratore — “A onomasiologia no léxico e na sintaxe”, *Alfa* 11 (1967), 129-149, com bibliografia. Devem destacar-se os se-

guintes trabalhos: Karl Jaberg — “Géographie linguistique et expressivisme phonétique: les noms de la balançoire em português”, *Revista Portuguesa de Filologia* 1 (1947), 1-44, e o “Aditamento ao artigo anterior”, de M. de Paiva Boléo, *ibidem*, 45-58; J. G. Herculano de Carvalho — *Coisas e Palavras*, Alguns problemas etnográficos e lingüísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica, Coimbra, 1953; Serafim da Silva Neto — “Notas sobre o balouço”, *Revista Brasileira de Filologia* 2 (1956), 41-50.

IV — A Dialectologia Urbana Portuguesa

14. No § 6.2 indicamos as motivações que determinaram o surgimento deste ramo da pesquisa dialectológica.

Nesta parte referimos brevemente o desenvolvimento contemporâneo da Dialectologia Urbana e seu surgimento no campo da Lingüística.

15. Constitui tema básico dos estudiosos da chamada România Nova a comparação do padrão lingüístico americano ao europeu. Sobre isso indicamos alguma bibliografia no § 3.

José Pedro Rona em seu formoso ensaio já aqui citado “Alguns Aspectos Metodológicos de la Dialectología Hispanoamericana” afirma que na Europa o ideal de língua coincide com a língua culta, muito mais estável e influente “por ser a norma literária de universal vigência”. Na América, o ideal lingüístico e a língua culta não coincidem, e assim o nível superior expõe-se mais que na Europa à fala popular ou vulgar, dialectando-se. Daqui a necessidade de desenvolvimento de um novo tipo de Dialectologia — e talvez J. P. Rona estivesse pensando no trabalho que descreveremos no § 18.

Podia-se objetar que, admitida a diversidade de natureza entre a língua culta européia e a americana, deviam-se buscar razões nas diferenças da estrutura social dos dois lugares: efetivamente, a sociedade americana parece bem mais móvel que a européia, o que instabiliza os estratos lingüísticos.

16. No Brasil, a fixação da norma culta tem preocupado vários especialistas.

Antônio Houaiss reconhece que “a realidade nua e crua é que, malgrado o número ponderável de estudos gramaticais, não sabemos efetivamente o que é e como é a língua portuguesa, sobretudo no Brasil, e assistimos estarecidos ao divórcio crescente entre a norma gramatical canônica e a criação literária viva”.

É de Celso Cunha a afirmação segundo a qual nossas gramáticas são “códigos de impedimentos ao uso dos meios expressivos de que nos servimos na fala corrente”.

Já nos referimos à posição de Aryon Dall’Igna Rodrigues e Brian F. Head no tocante ao assunto (§ 3).

A. Houaiss — *Sugestões para uma Política do Idioma*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1960, p. 73. Celso Cunha — *Uma Política do Idioma*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1964, p. 23. Jean Roche em “A difusão da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro”, *Revista de Portugal*, série A, Língua Portuguesa 33 (1968), 435-446 insiste na necessidade de um levantamento sistemático da língua escrita e falada. Dentro de uma perspectiva um pouco diversa, mas igualmente empenhados na apreensão da realidade lingüística brasileira, devem lembrar-se o estudo inédito de Joselice Macedo sobre o português fundamental do Rio de Janeiro e de Salvador, o projeto do português fundamental de Adriano da Gama Kury (v. *Alfa* 16, 1970, 384-397) e de alguns professores da PUC do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Santa Catarina (*Alfa* 17, 1971, 91-101). Gravações de conversas radiofônicas entre brasileiros foram publicadas pelo Prof. John Hutchins, da Academia Naval de Anápolis, Estados Unidos.

17. A Dialectologia Urbana tem despertado interesse em vários centros de pesquisa.

O nome exponencial aqui é sem dúvida o de William Labov, que estudou o sistema vocálico no inglês novaiorquino em relação ao contexto social. Ele demonstra que a pressão social age sobre a estrutura lingüística, tirando importantes conclusões sobre o mecanismo da evolução lingüística. Para isso, teve de rejeitar diversas afirmações da Lingüística do séc. XX — hoje consideradas limitadoras da indagação lingüística —, tais como: o sistema estrutural sincrônico e a evolução lingüística diacrônica devem ser estudados isoladamente; a evolução fonética não pode ser observada diretamente; os sentimentos a respeito da linguagem são inacessíveis ao lingüista enquanto lingüista; não se devem usar dados não lingüísticos para explicar a evolução lingüística.

Na mesma direção da Dialectologia urbana encontra-se o livro de Shuy-Wolfram-Riley, verdadeiro relatório da metodologia empregada no levantamento da fala de Detroit (1966-1967). O grupo encarregado do trabalho percorreu as seguintes fases: 1) escolha ao acaso de 700 residentes em Detroit, entre recém-chegados e nativos, subdividindo-os por 4 faixas etárias; 2) gravação de entrevistas com os informantes, valendo-se de um questionário que apresentava três estilos de fala: estilo familiar, respostas breves, leitura; 3) obtenção de dados

sobre o informante: raça, sexo, idade, cidade natal, tempo de educação, etc.; 4) análise dos dados lingüísticos em correlação com a informação sociológica.

Com a ajuda de sociólogos, traçou-se preliminarmente o perfil da população de Detroit, que foi dividida em dez áreas, constituindo quatro grupos religiosos; os informantes provenientes dessas áreas constituíam a amostra básica para a pesquisa. Paralelamente, organizou-se uma amostra étnica, destinada a incluir os informantes provenientes de outras áreas de possível interesse lingüístico. Nos dois casos os informantes — adultos e crianças — eram procurados a partir das escolas primárias, em seguida eram classificados segundo escalas educacionais e profissionais que compreendiam sete itens.

O questionário constava de quatro secções: jogos e lazer, escola, estrutura do grupo, brigas ou acidentes e doenças.

A pesquisa sociolingüística do francês falado em Orléans tomou como informantes 147 pessoas escolhidas dentre 600, divididos em três grupos de idade: 18 a 30 anos, 31 a 50 anos e de mais de 51 anos. As gravações se estenderam por cinco semanas e basearam-se em questionário constante de três elementos: questionário aberto (perguntas gerais sobre a experiência individual e coletiva do informante), questionário sociolingüístico (perguntas sobre a atitude do informante com respeito à linguagem) e questionário fechado (questões sobre os hábitos culturais do indivíduo). Também se recolheram gravações de conversas espontâneas, discussões em forma de mesa-redonda, etc. O total das gravações ascendeu a 300 horas, tendo-se acrescentado a esse *corpus* documentos da língua escrita (jornais, estudos especializados sobre a região, papéis administrativos). O objetivo da pesquisa é dispor de materiais para o ensino do francês a estrangeiros, de sorte que a análise propriamente lingüística vai cingir-se ao vocabulário, tempos verbais, mecanismos de ligação, oposição, restrição, hipótese, além do estudo das redundâncias, hesitações, etc.

William Labov — *The Social Stratification of English in New York City*, Washington, Center for Applied Linguistics, 1966; Roger W. Shuy, Walter A. Wolfram and William K. Riley — *Field Techniques in an Urban Language Study*, Washington, Center for Applied Linguistics, 1968; Michel Blanc et Patricia Biggs — "L'enquête socio-linguistique sur le français parlé à Orléans", *Le Français dans le Monde* 85 (décembre 1971), 16-25. O estudo intitulado "A linguagem padrão do Vale do Rio dos Sinos", *Estudos Leopoldenses* 20 (1972), 3-14; 21 (1972), 187-189; 22 (1972), 285-286 é um exercício escolar de interesse para despertar a atenção pela Dialetologia Urbana.

18. Passaremos agora a tratar do “Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta de cinco das principais capitais brasileiras”.

18.1 — A idéia original desse projeto coube a Juan M. Lope Blanch, do Colégio do México, e referia-se às cidades americanas de fala espanhola. Seu plano foi apresentado à Comissão de Lingüística e Dialectologia Iberoamericana do Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Línguas, PILEL, por ocasião do seu II Simpósio (Bloomington 1964). O plano conseguiu despertar o interesse de grande número de lingüistas latino-americanos.

A “Oficina Internacional de Información y Observación del Español” patrocinou a primeira reunião de especialistas para o estudo do projeto (Madri, 24 a 29 de outubro de 1966). A segunda reunião, convocada para o exame do guia-questionário que servirá de base à descrição, foi realizada em Bogotá, de 29 de maio a 3 de junho de 1967, dela tendo tomado parte o dialetólogo brasileiro Prof. Nelson Rossi. Novas reuniões foram realizadas: em São Paulo, de 9 a 14 de janeiro de 1969 e em San Juan de Puerto Rico, de 14 a 19 de junho de 1971. Aderiram ao trabalho as cidades de Montevideú, Buenos Aires, Santiago do Chile, Bogotá, Lima, Caracas, Havana, México, San Juan e Madri.

Desde o primeiro momento esteve presente entre os participantes do projeto a idéia de que o mundo de língua portuguesa deveria integrar-se nele. Foi convidado o Prof. Nelson Rossi, da Universidade Federal da Bahia, para estudar as possibilidades de ingresso do Brasil, o que ocorreu por ocasião do IV Simpósio do PILEL, realizado no México em janeiro de 1968. No relatório então apresentado, o Prof. Rossi pondera que o estudo tão somente da linguagem do Rio de Janeiro não daria uma imagem completa do português culto do Brasil, e assim propôs que as pesquisas se realizassem em cidades com um mínimo de um milhão de habitantes e suficiente estratificação social para atender às exigências do trabalho quanto à seleção de informantes, a saber: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Aprovado seu relatório, foram indicados os coordenadores para cada uma dessas cidades: Recife, Prof. José Brasileiro Vilanova; Salvador, Prof. Nelson Rossi, que foi também o primeiro coordenador geral; Rio de Janeiro, Prof. Celso Cunha; São Paulo, Prof. Isaac Nicolau Salum e o autor deste artigo; Porto Alegre, Prof. Albino de Bem Veiga.

A Comissão brasileira realizou, por sua vez, oito reuniões para tratar do assunto: I, Porto Alegre, 3 a 7 de novembro de 1969; II, Capivari, 24 a 29 de agosto de 1970; III, Recife, 26 a 30 de abril, de 1971; IV, Rio de Janeiro, 27 de setembro a 2 de outubro de 1971; V, Salvador, 17 a 21 de julho de 1972; VI, Porto Alegre, 16 a 20 de abril de 1973; VII, São Paulo, 1 a 5 de julho de 1974; VIII, Recife, 16 a 20 de dezembro de 1974.

18.2 — Após esse breve histórico, daremos uma caracterização do trabalho.

O projeto consta de três etapas:

a) Gravações

Serão selecionados 600 informantes entre homens e mulheres repartidos na mesma proporção e distribuídos pelas seguintes faixas etárias: primeira geração, informantes compreendidos entre os 25 e 35 anos, 30%; segunda geração, de 36 a 55 anos, 45%; terceira geração, de 56 anos em diante, 25%. É preciso que os informantes sejam filhos de falantes da língua portuguesa, tenham nascido na cidade ou nela residam desde os cinco anos, tendo aí passado pelo menos três quartas partes de sua vida. Os pais devem também ter nascido na cidade a analisar, admitindo-se um máximo de 40% de informantes que não atendam a essa exigência. Todos devem ter formação universitária completa.

Quanto à natureza das gravações, que deverão ascender a 400 horas, obedecer-se-á ao seguinte esquema: gravação secreta de um diálogo espontâneo, 10%; diálogo entre dois informantes, 40%; diálogo entre o informante e o documentador, 40%; elocuições em atitude formal, 10%. O assunto a versar consta do Guia-Questionário, e abrange as seguintes áreas semânticas: o corpo humano, a alimentação, o vestuário, a casa, a família, a vida social, a cidade, transportes e viagens, meios de comunicação e difusão, cinema, televisão, rádio, teatro, comércio exterior e política nacional, sindicatos e cooperativas, profissões e ofícios, dinheiro e finanças, instituições (o ensino, a igreja), meteorologia, o tempo cronológico, a terra, os vegetais e a agricultura, animais.

Tem havido grande dificuldade na seleção dos informantes que sejam filhos de pais também nascidos na cidade, dada a mobilidade social brasileira. Essas dificuldades aumentam quando se tem de selecionar informantes da terceira geração, dada a obrigatoriedade de terem formação universitária.

b) Transcrição do corpus

Todas as fitas de gravação serão transcritas datilograficamente, usando-se o código escrito e marcando-se as hesitações com reticências.

c) Análise do corpus

Para permitir a comparação dos resultados, a análise do corpus far-se-á a partir de um guia-questionário, cujo plano geral é o seguinte:

1. FONÉTICA E FONOLOGIA

- 1.1 — Vogais
- 1.2 — Consoantes
- 1.3 — Supra-segmentos

2. MORFO-SINTAXE

2.1 — Classes de palavras:

- 1. Substantivo
- 2. Adjetivo
- 3. Artigo
- 4. Pronome e numeral
- 5. Verbo
- 7. Nexos

2.2 — Frases

- 1. Frase nominal
- 2. Frase verbal

2.3 — Oração e período

2.4 — Estruturas coloquiais

3. LÉXICO

O projeto na área hispano-americana não concluiu ainda o item 2.4. A comissão brasileira está adaptando o Guia-Questionário ao português, tendo procedido a uma primeira redação que agora está sendo revista. Em ambas as perspectivas geográficas a preparação do Guia-Questionário tem constituído uma fascinante experiência intelectual, pois pela primeira vez especialistas oriundos dos centros universitários mais respeitáveis da América Latina e da Península Ibérica tentam achar um denominador comum em suas posições científicas relativas à estrutura da língua. A edição final dará uma boa idéia da média das opiniões e constituirá importante documento para a história da Linguística nesta parte do mundo. Só por isso já se justificaria o projeto.

18.3 — Enumeraremos a seguir algumas apreciações críticas ao projeto da norma urbana culta. Acreditamos que a pesquisa poderia ser aperfeiçoada em alguns pontos, por meio de *iniciativas paralelas*, visto que a comissão brasileira encarregada de sua execução imprimiu desde logo aos trabalhos um caráter conjunto e coordenado com a pesquisa congênere hispano-americana. A decisão tem sua razão de ser: agindo coordenadamente, interessantes comparações poderão ser estabelecidas entre o português e o espanhol da América. É por isso que quaisquer alterações no plano original a esta altura só teriam cabimento se constituíssem projetos autônomos, de caráter complementar.

A primeira observação diz respeito ao local de nascimento do informante e de seus pais: segundo o projeto, tanto o informante quanto seus pais devem ter nascido na cidade sob estudo, estes numa proporção de pelo menos 60% do total. A exigência parece indicar um compromisso talvez injustificável desse projeto com os estudos dialetológicos voltados para a recolha de falares residuais, tais como os caracterizamos no § 6.1. A enorme mobilidade social que marca nossas grandes cidades indicam que o cumprimento dessa exigência — sem que disponhamos de dados de controle — levará à descrição de uma variante residual acaso distanciada da norma de cada uma das cidades envolvidas. Daqui a necessidade de incluir entre os informantes aqueles representativos do restante da comunidade urbana, tais como os imigrantes externos e internos, e ainda os que uma análise sociológica das cidades sob estudo poderia indicar.

A segunda apreciação relaciona-se com o nível sócio-cultural do informante: todos devem ter formação universitária. A inclusão de informantes de outros níveis esteve inicialmente entre as cogitações do projeto; seu autor, o Prof. Juan M. Lope Blanch, declara-o no texto “El proyecto de estudio coordinado de la norma lingüística culta de las principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica”, p. 225: “decidiu-se investigar detidamente a *norma* (uso geral) *da fala culta* das diversas cidades ibero-americanas, confrontando-a rigorosamente com as modalidades lingüísticas próprias dos demais níveis sócio-culturais das grandes cidades”. A nota 8 dessa mesma página informa, porém, que “posteriormente, durante a primeira reunião de trabalho da subcomissão executiva do projeto, a maioria de seus membros considerou que a investigação deveria circunscrever-se à *fala culta média* (habitual) de cada

cidade. Não resta a menor dúvida que a manutenção da proposta original — que poderia conseguir-se sem acréscimo de trabalho mediante a redução do total de horas a gravar com informantes cultos, distribuindo-se o saldo para “os demais níveis sócio-culturais das grandes cidades” — seria do mais alto interesse, pois entre outras coisas poderia fornecer elementos sobre os níveis de padronização linguística.

Os dois novos tipos de informantes poderiam, ademais, ser selecionados de acordo com uma representatividade por bairros da cidade.

Outra crítica foi formulada por Brian F. Head, em seu artigo “A Teoria da Linguagem e o Ensino do Vernáculo”, nos seguintes termos: “o projeto não inclui nenhum plano para o estudo sistemático das atitudes dos informantes perante as variantes linguísticas. Outras investigações mostram que o padrão linguístico de um centro urbano deve ser caracterizado não em termos da atitude verbal manifestada, mas antes segundo as atitudes dos falantes, uma vez que estas são mais estáveis do que o uso”.

Finalmente, teria sido oportuno constituir um *corpus* paralelo de textos escritos, para uma análise complementar; felizmente esta é uma tarefa que poderá ser a qualquer momento empreendida, graças à permanência dos textos escritos.

Mas se algumas críticas podem ser apresentadas, muitas são as vantagens que todos unanimemente reconhecem no desenvolvimento do projeto da norma urbana culta entre nós; além de um conhecimento mais preciso de nossa realidade linguística, ele propiciará o desenvolvimento harmonioso da Linguística entre nós (pelo enfoque de uma temática de avaliação exequível em nossos meios científicos) e estimulará o surgimento de uma nova geração de estudiosos da Língua Portuguesa.

A proposta inicial relativa ao projeto da norma urbana culta coube a Juan M. Lope Blanch — “Proyecto de estudio del habla culta de las principales ciudades de Hispanoamérica”, *El Simposio de Bloomington*, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1967, pp. 255-266. Sobre o desenvolvimento do projeto podem ser consultados os seguintes textos: “Proyecto de estudio coordinado de la norma linguística culta de las principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica”, *Español Actual* 9 (marzo de 1967), 17-21; “Estudio coordinado del habla culta de las principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica”, *Thesaurus* 22 (1967), 328-330; Juan M. Lope Blanch — “El proyecto de estudio coordinado de la norma linguística culta de las

principales ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica”, *El Simposio de México*, México, UNAM, 1969, 222-233; *Boletín Informativo de la Comisión de Lingüística y de Dialectología Iberoamericanas del PILEI* 1 (junio de 1969), 2 (junio de 1970), 3 (junio de 1971), 4 (diciembre de 1971); Ambrosio Rabanales — “La norma lingüística culta del español hablado en Santiago de Chile”, *Actas del Primer Seminario de Investigación y Enseñanza de la Lingüística*, Instituto Central de Letras de la Universidad de Concepcion, 1971, pp. 121-130. Parte do Guia-Questionário saiu em edição provisória, primeiramente: *Cuestionario Provisional para el Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*, I, México, UNAM, 1968. Em 1971 o Prof. Humberto Lopes Morales, da Rice University, distribuiu a edição mimeografada referente ao § 2.2-3 do plano geral, parte essa não incluída na edição acima. A partir também de 1971 o Conselho Superior de Investigaciones Científicas de Madri começou a distribuir a edição definitiva do Guia-Questionário, começando pelo vol. referente ao Léxico, com o mesmo título acima (vol. III, Léxico, Madrid, CSIC, 1971). Sairam nos anos subsequentes os volumes referentes à Fonética e Fonologia, e à Morfo-Sintaxe. Sobre a distribuição dos informantes por bairros, em trabalho semelhante, veja-se de Beatriz R. Lavandera — “La variedad ecológica en el habla de Buenos Aires”, *Filología*, año 15 (1971), 61-86.

Sobre o projeto no Brasil, veja-se a proposta de Nelson Rossi — “El proyecto de estudio del habla culta y su ejecución en el dominio de la lengua portuguesa”, *El Simposio de México*, ed. cit., pp. 248-254. Esse e os principais documentos mencionados acima saíram no volume *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de Algumas das Principais Capitais do Brasil*, Marília, Conselho Municipal de Cultura, 1970, que mereceu recensões publicadas nos seguintes locais: Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* de 14-3-1971, *Alfa* 16 (1970), 345-349 e *Littera* 3 (1971), 99-104. Artigos de divulgação do projeto: Ataliba T. de Castilho — “A Descrição do Português Culto”, Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* 23-3-1969, reproduzido na revista *Letras de Hoje* 3 (1959), 117-123; Celso Cunha — “Dialetoлогия horizontal e dialetoлогия vertical”, *Lingua Portuguesa e Realidade Brasileira*, ed. cit., pp. 50-66; Isaac Nicolau Salum — “Pesquisa da fala culta”, *O Estado de São Paulo*, 28-11-1971; Nelson Rossi — “Norma lingüística culta”, *A Tarde* (Salvador), 12-7-1972; Ataliba T. de Castilho — “O Estudo da Norma Culta do Português do Brasil”, *Vozes* 67, n.º 8 (outubro de 1973), 621-626; Dinah Maria Isensee Callou e Maria Helena Duarte Marques — “Os estudos dialetológicos no Brasil e o Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta”, *Littera* 8 (1973), 100-111; Adriano da Gama Kury — “A estrutura móvel da realidade lingüística”, *Jornal do Brasil*, 6-10-1973.

Conclusão

Do que fica dito, algumas conclusões podem ser tiradas.

Primeiramente, a divisão da Dialetoлогия em duas direções bem marcadas, que vão da documentação dos falares residuais à apreensão da norma lingüística das grandes comunidades, deveria levar os estudiosos da Língua Portuguesa a um

planejamento eficiente de pesquisas, pondo em funcionamento o centro de documentação dialetológica freqüentemente reclamado em congressos e simpósios.

Em segundo lugar, o aproveitamento da Sociolinguística nas pesquisas reforçará um dos lados mais atraentes da Dialectologia: o de uma ciência sempre preocupada com o homem, em grau maior do que outros ramos da Linguística, que por vezes se desumanizam por uma teorização excessiva.

Lembre-se, finalmente, que do aprimoramento dos estudos dialetológicos no Brasil poderá surgir uma nova geração de estudiosos, certamente mais empenhados no desvendamento da variedade brasileira do português do que aqueles que passam seu tempo esforçando-se por dominar as últimas correntes de uma ciência inesgotável, como a Linguística.